



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 144\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou solo branco.

O preço dos anúncios é de 1200\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto nº 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial nº 26/92, de 30 de Junho

ASSINATURAS

Para o país:	Ano	Semestre	Para países de expressão portuguesa:	Ano	Semestre
I Série	1 800\$00	1 200\$00	I Série	2 400\$00	1 800\$00
II Série	1 000\$00	600\$00	II Série	1 600\$00	1 200\$00
I e II Séries	2 500\$00	1 500\$00	I e II Séries	3 100\$00	2 100\$00
AVULSO por cada página ..	4\$00		Para outros países:		
			I Série	2 800\$00	2 200\$00
			II Série	2 000\$00	1 600\$00
			I e II Séries	3 500\$00	2 500\$00

SUPLEMENTO

AVISO

Os Ex.mos assinantes do *Boletim Oficial* são avisados que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1994, até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem que as inscrições serão feitas à data da recepção, sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam da Portaria nº 57/92, publicada no *Boletim Oficial I Série nº 16/92*, de 19 de Outubro.

TABELA B

Destino	Portes	
	Anual	Semestral
Cabo Verde	1 000\$00	500\$00
Estrangeiro	1 800\$00	900\$00

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Lei nº 95/IV/93:

Aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano de 1994.

Lei nº 96/IV/93:

Cria o Município de S. Domingos.

Lei nº 97/IV/93:

Concede autorização ao Governo para legislar sobre o estatuto específico para médicos e enfermeiros que exercem a sua actividade como funcionários públicos.

Lei nº 98/IV/93:

Regula as situações funcionais, critérios e condições do descongestionamento da Função Pública.

TABELA A

Assinaturas	Cabo Verde		Países de Língua Oficial Portuguesa		Outros Países	
	Anual	Semestral	Anual	Semestral	Anual	Semestral
1ª Série	1 800\$00	1 200\$00	2 400\$00	1 800\$00	2 800\$00	2 200\$00
2ª Série	1 000\$00	600\$00	1 600\$00	1 200\$00	2 000\$00	1 600\$00
1ª e 2ª Séries	2 500\$00	1 500\$00	3 100\$00	2 100\$00	3 500\$00	2 500\$00

Lei nº 99/IV/93:

Aprova o Regime Jurídico da Empresa Franca.

Lei nº 100/IV/93:

Regula a assessoria técnica aos deputados.

Resolução nº 51/IV/93:

Aprovando o relatório e as linhas gerais do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para o ano económico de 1994;

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei nº 95/IV/93

de 31 de Dezembro

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea a) do artigo 189º da Constituição, o seguinte :

CAPÍTULO I

Aprovação do orçamento

Artigo 1º

Aprovação

São aprovados, pela presente Lei:

- a) O Orçamento do Estado para 1994, constante dos mapas I a III, anexos ;
- b) O montante global de trezentos e vinte e seis milhões de escudos (326 000 000\$) a distribuir pelos municípios através do Fundo de Apoio Financeiro dos Municípios, instituído pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 101-O/90, de 23 de Novembro;
- c) O Programa de Investimentos para 1994, constante do mapa IV anexo .

CAPÍTULO II

Recursos humanos

Artigo 2º

Política de pessoal na Administração Pública

1. Durante o ano de 1994, ficam congeladas, qualquer que seja a forma de constituição da relação de emprego público, todas as admissões de funcionários ou agentes na Administração Pública, quer se trate de serviços simples, serviços autónomos, institutos públicos ou outro tipo de pessoas colectivas de direito público, seja qual for a sua designação, excepto as empresas públicas.

2. Não se encontram abrangidos pelo disposto no nº 1 o pessoal dirigente e de chefia, o pessoal do quadro privativo do Ministério das Finanças, o pessoal com formação técnica de nível médio ou superior, o pessoal técnico de saúde, os agentes da Polícia Judiciária, o pessoal docente e o pessoal contratado localmente pelas missões diplomáticas e consulares de Cabo Verde no quadro de programas de reorganização devidamente autorizados.

3. Não se encontram ainda abrangidos pelo disposto no nº 1:

- a) Os animadores sociais recrutados de entre indivíduos que tenham concluído o Curso de Animadores Sociais em 1993;

- b) Os verificadores aduaneiros estagiários;
- c) Os agentes da Polícia de Ordem Pública que preencham vagas deixadas pela saída de outros agentes;
- d) Os agentes da Polícia Marítima recrutados no seio das Forças Armadas;
- e) Os técnicos profissionais de arquivo recrutados de entre indivíduos que tenham concluído, em 1992, o II Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo;
- f) Os técnicos profissionais de 2º nível do Serviço Nacional de Metereologia recrutados de entre indivíduos que tenham concluído o curso de observador de metereologia em 1992;
- g) Os técnicos profissionais de 2º nível para o Desenvolvimento Rural recrutados de entre indivíduos que tenham concluído o curso de extensionistas rural regulamentado pela Portaria nº 1-D/91 de 25 de Janeiro.

4. A admissão do pessoal referido no nº 3 deve ser previamente autorizada por despacho conjunto dos Ministros titulares da Administração Pública e das Finanças.

5. O recrutamento de pessoal que eventualmente se mostre necessário e não contemplado nos números 2 e 3 far-se-á mediante recurso aos instrumentos de mobilidade previstos no artigo 2º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

6. O Governo fixará o valor mínimo das pensões devidas aos aposentados, reformados e demais pensionistas a cargo tanto do Tesouro como do Instituto Nacional de Previdência Social.

CAPÍTULO III

Sistema fiscal

Artigo 3º

Cobrança

1. Fica o Governo autorizado a cobrar as contribuições e impostos estabelecidos na legislação tributária, com as subsequentes modificações em diplomas complementares em vigor e tendo ainda em conta as alterações introduzidas pela presente lei.

2. O Governo prosseguirá as medidas necessárias ao rigoroso controlo da gestão das receitas de todos os serviços e organismos da Administração Pública, incluindo os que se designem por Instituto, Cofre, Centro, Gabinete ou Comissão, de modo a garantir o respeito pelas regras da unidade, da universalidade e do orçamento bruto.

3. Para a prossecução dos objectivos definidos, o Governo aprovará, para entrar em vigor em 1994, o regulamento de cobrança das receitas orçamentais públicas.

Artigo 4º

Imposto profissional — mínimo de existência

1. O nº 5 do artigo 2º do Regulamento do Imposto Profissional, adiante designado por RIP, passa a ter a seguinte redacção:

«5. Os contribuintes cujas remunerações sejam iguais ou inferiores, em cada ano, a 132 000\$00, quer elas provenham de rendimentos certos ou acidentais, quer de gratificações de outra natureza. Porém, se as remunerações excederem o limite da isenção, sobre todas elas recairá o imposto, não podendo a importância deste ser superior ao excedente.»

2. O corpo do artigo 4º do RIP passa a ter a seguinte redacção:

«As taxas do Imposto Profissional são as seguintes a incidir sobre a remuneração anual:

Remunerações		Taxa (%)
Igual ou inferior a	132.000\$00	0
Até	300.000\$00	4
Até	630.000\$00	7
Até	1.260.000\$00	10
Até	1.890.000\$00	12
Superior a	1.890.000\$00	13

3. É revogado o nº 3 do artigo 2º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pelo diploma referido no nº 1.

Artigo 5º

Imposto profissional — Isenções

Ao artigo 2º do RIP é aditado um nº 9 com a seguinte redacção:

«9. As indemnizações por rescisão do contrato de trabalho ou extinção da relação de emprego público, quando resultantes de acordo entre a entidade empregadora e o trabalhador ou enquadradas em programas de abandono voluntário, ou por decisão judicial laboral competente».

Artigo 6º

Imposto complementar — Deduções do agregado familiar; Isenções; mínimo de existência

1. O nº 1 do artigo 3º do Regulamento do Imposto Complementar sobre os Rendimentos, adiante designado brevemente por RIC, passa a ter a seguinte redacção :

«1. Os rendimentos de trabalho sujeitos a imposto profissional, nos valores anuais iguais ou inferiores a:

a) Contribuinte solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado	132 000\$00;
b) Contribuinte casado único titular	180 000\$00;
c) Contribuinte casado dois ou mais titulares	300 000\$00

2. É aditado ao artigo 3º do RIC um nº 8 com a seguinte redacção:

«8. Os rendimentos de prédios urbanos do contribuinte, quando habitados por ele e ou respectivo agregado familiar».

3. É aditado ao artigo 4º do RIC um 6 com a seguinte redacção:

«6. Os rendimentos de prédios urbanos referidos no nº 8 do artigo 3º serão deduzidos ao rendimento global antes da determinação da taxa.»

4. O nº 1 do artigo 5º do RIC passa a ter a seguinte redacção:

«1. Mínimo de existência:

1.1) solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados	132 000\$00
---	-------------

1.2) casado único titular	180 000\$00
1.3) casado dois titulares	300 000\$00

5. O nº 2 do artigo 5º do RIC passa a ter a seguinte redacção:

2. Encargos familiares:

2.1. O valor de 25 000\$00 por cada filho nas condições previstas no § 3º do artigo 4º, com um máximo de 100 000\$00.

2.2. 80% do valor dos recibos de renda de habitação ocupada pelo contribuinte e respectivo agregado familiar, com um máximo de 144 000\$00.

2.3. Os juros e encargos de dívida constituida para melhoramento, construção ou aquisição de residência permanente, com um máximo de 144 000\$00.

2.4. 40% dos recibos passados por profissionais liberais, nomeadamente consultas médicas e afins, com um máximo de 80 000\$00.

2.5. As pensões a que o contribuinte esteja obrigado por decisão imposta ou acordo homologado pelo tribunal competente, com um máximo de 240 000\$00.

2.6. 50% das despesas de educação com dependentes, incluindo os maiores de idade até 26 anos, que tenham estado matriculados num estabelecimento de ensino médio ou superior e tenham obtido aproveitamento escolar, com um máximo de 100 000\$00.

2.7. O valor de 50 000\$00 por cada indivíduo que tenha sido declarado em estado de invalidez permanente e viva, em situação de dependência económica, do contribuinte.

6. O ponto 3.1 do nº 3 do artigo 5º do RIC passa a ter a seguinte redacção:

3.1. As quotizações obrigatorias ou voluntarias para a previdência social ou organizações sindicais, a que estejam sujeitos os titulares de rendimentos do trabalho ou actividade comercial ou industrial.

Artigo 7º

Retenções na fonte

1. São aprovadas, para vigorar durante o ano de 1994, as seguintes tabelas de retenção na fonte dos impostos profissional e complementar:

1.1 – Trabalhadores por conta de outrem

Imposto profissional		Imposto complementar		
Remunerações anuais	Taxa	Remunerações anuais	Taxa	Soma
Igual ou inferior a 132.000\$00	0			0
Até 300.000\$00	4	Até 300.000\$00	0	4
Até 630.000\$00	7	Até 330.000\$00	3	10
Até 1.260.000\$00	10	Até 1.260.00\$00	1	15
Até 1.890.000\$00	12	Até 1.890.000\$00	07	19
Superior 1.890.000\$00	13	Superior 1.890.000\$00	9	22

1.2 – Trabalhadores Independentes e Prestação de Serviço

Imposto complementar	
Remunerações ou valores mensais	%
Qualquer valor	10

2. Os trabalhadores independentes e os prestadores de serviços, só estarão sujeitos às retenções na fonte do imposto complementar, de acordo com o nº 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 35/92, de 16 de Abril, desde o

trabalho ou a prestação de serviço efectuada seja de carácter continuado ou, tratando-se de actividades accidentais, em valores iguais ou superiores a 5 000\$.

Artigo 8º

Imposto complementar — Taxas

É alterado o ponto 6.1. do nº 6 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 35/92, de 16 de Abril, passando a tabela dele constante a ter a seguinte redacção :

6.1 - Pessoas Singulares

Rendimento Global (Milhares de Escudos)	Taxas-Percentages (%)	
	Normal (A)	Média(B)
Até 300	2	2
Mais de 300 a 420	5	2.86
Mais de 420 a 580	8,5	4.42
Mais de 580 a 740	13	6.28
Mais de 740 a 900	17	8.19
Mais de 900 a 1000	21	9.47
Mais de 1000 a 1160	24	11.47
Mais de 1160 a 1380	27	13.95
Mais de 1380 a 1590	30	16.07
Mais de 1590 a 1800	33	18.05
Excedente a 1800	35	

Artigo 9º

Início de actividade — Empresas

A fixação da matéria colectável pelo método da estimativa a efectuar no início de actividade, nos termos do artigo 46º do RII, servirá de base à liquidação provisória a ser paga no mês de Janeiro do ano seguinte, relativamente às empresas fiscalmente definidas nos termos dos números 2 e 3 do artigo 2º do mesmo RII.

Artigo 10º

Imposto único sobre os rendimentos (IUR)

1. O Governo, nos limites constitucionalmente consagrados, prosseguirá os trabalhos de harmonização dos regulamentos do Imposto Industrial, do Imposto Profissional e do Imposto Complementar ao modelo de tributação única.

2. O Governo submeterá em 1994, à Assembleia Nacional, através de proposta de lei, os princípios gerais do imposto único sobre os rendimentos (IUR).

Artigo 11º

Taxa social única

A taxa social única (TSU), criada nos termos do artigo 13º da Lei nº 61/IV/92, de 30 de Dezembro, só incide sobre as remunerações do pessoal assalariado ou eventual quando exista vontade expressa dos titulares de rendimentos ou contratualmente se estabeleça aquele desconto.

Artigo 12º

Desconto no pagamento por autoliquidação

1. O pagamento do imposto industrial, efectuado através de autoliquidação, nos termos do nº 2 do artigo 60º do RII, durante o ano de 1994, beneficiará de desconto igual à taxa de desconto do Banco de Cabo Verde acrescida de dois pontos.

2. A taxa de desconto do Banco de Cabo Verde reportar-se-á à data de pagamento por autoliquidação.

Artigo 13º

Imposto municipais — Isenções

1. São alterados o nº 13 do artigo 3º e § 4º do artigo 6º do Regulamento da Contribuição Predial Autárquica, passando a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º — 13. Os rendimentos de prédios urbanos construídos de novo e os reconstruídos, durante o número de anos e nas condições a seguir estabelecidas:

- a) Dez anos, os destinados à residência permanente dos seus proprietários ou do respectivo agregado familiar;
- b) Seis anos, os destinados a habitação por arrendamento firmado nos termos da lei e visado pelo Chefe da Repartição de Finanças Competente.

Artigo 6º — § 4º. Se os prédios deixarem de ser utilizados para residência permanente do proprietário ou do seu agregado familiar durante o período de isenção, esta caducará, devendo do facto ser informada a respectiva Repartição de Finanças, de modo a que se possa proceder à redução do período de isenção ou à liquidação do imposto devido.

2. O nº 3º do artigo 7º do Regulamento aprovado pelo Diploma Legislativo nº 901, de 25 de Março de 1946, que define os termos e as condições da liquidação da cobrança dos impostos sobre as sucessões e doações e da cota sobre a transmissão de imobiliários por título oneroso, passa a ter a seguinte redacção:

3º — As transmissões, por título oneroso, de valor inferior a 20 000\$00, devendo, para efeitos de fiscalização, os contratos respectivos sujeitar-se ao «visto» do chefe da Repartição de Finanças competente no prazo de trinta dias. Consideram-se inexistentes os contratos que não obedecerem a este preceito.

3. Ficam isentos do imposto do selo os contratos de arrendamento, suas prorrogações ou renovações, de prédios urbanos destinados à habitação, sendo eliminado o artigo 15º da Tabela Geral do Imposto do Selo e revogadas as disposições do Diploma Legislativo nº 1253, de 27 de Agosto de 1955, que contrariarem este preceito.

4. Durante o ano de 1994, não se procederão a quaisquer liquidações, quando:

- a) Nas liquidações da contribuição predial urbana, a colecta seja igual ou inferior a 100\$00;
- b) Nas liquidações da contribuição predial rústica, a colecta seja igual ou inferior a 5 000\$00.

5. O artigo 13º do Regulamento da Contribuição Predial Autárquica, aprovado pelo Diploma Legislativo nº 1544, de 12 de Junho de 1963, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 13º

«1. A contribuição predial autárquica rústica e urbana, de valor igual ou superior a 2.000\$00, será dividida em duas prestações, vencendo-se a primeira em Julho e a segunda em Outubro. Quando o total não seja divisível pelo número de prestações levar-se-á o excesso à primeira prestação.

2. O regime de pagamento à boca do cofre com juros de mora, da falta de pagamento de qualquer das prestações e do pagamento em operações de relaxe, regem-se pelo disposto no Código Geral Tributário, quanto a esta matéria.»

6. Durante o ano de 1994, ficam isentas do Imposto Municipal de Sisa, aprovado pelo Diploma Legislativo nº 901, de 25 de Março de 1946, referido no número 2 deste artigo, as primeiras transmissões onerosas de terrenos para construção, desde que destinados à habitação permanente e cujo valor de aquisição seja igual ou inferior a 2 000 000\$00.

Artigo 14º

Participação nas receitas municipais

Do produto de cobrança de todos os impostos municipais definidos no capítulo 03 do Orçamento do Estado haverá lugar a uma retenção de 2% para custear as tarefas de administração fiscal, consignada à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças.

Artigo 15º

Tributação do comércio informal

1. No âmbito da tributação em Imposto Industrial o Governo reforçará as medidas de fiscalização tributária no sentido de sujeitar a imposto todos os comerciantes informais, de forma a assegurar a prossecução da justiça fiscal e social e as regras de sã concorrência comercial.

2. As acções a empreender deverão ser efectuadas conjuntamente com as Câmaras Municipais e demais entidades licenciadoras do comércio informal.

Artigo 16º

Benefícios fiscais

1. De acordo com os princípios gerais estabelecidos nos artigos 31º a 47º do Código Geral Tributário, o Governo concederá benefícios fiscais, designadamente sob a forma de isenções e reduções de taxas, no âmbito das políticas relativas a:

- a) Investimento no sector das pescas;
- b) Linhas de crédito à habitação e à habitação para jovens;
- c) Apoio a jovens empresários.

2. As empresas fiscalmente definidas no RII, que através de documento emitido pelas Alfândegas, comprovem ter utilizado transporte marítimo nacional para a realização de 50% ou mais das suas operações de importação de bens realizadas em 1994 beneficiarão de uma redução fiscal de 10% da colecta em imposto industrial.

3. O valor referido no número anterior será levado à declaração 1B, a que se refere o artigo 48º do RII, para efeitos de abatimento ao apuramento do resultado fiscal.

4. Os benefícios fiscais a conceder nos termos do número 1 deste artigo, serão sempre sujeitos a reconhecimento pelo Ministro das Finanças.

Artigo 17º

Imposto sobre produto petrolíferos

O número 3 do artigo 10º da Lei nº 61/IV/92, de 30 de Dezembro, que criou o imposto sobre produtos petrolíferos, passa a ter a seguinte redacção:

«A taxa aplicável é de 8\$00 por litro de gasolina e de 2\$ por litro de gasóleo».

Artigo 18º

Taxas dos direitos de importação e imposto de consumo - Isenções

1. São introduzidas as seguintes alterações às taxas dos direitos de importação aplicáveis a terceiros países, respeitantes aos seguintes artigos pautais:

Nomeclatura pautal	Taxa %
09.01.80/90	15
22.02.10/20	15
22.02.50	15
22.05.10	40
22.05.20	30
22.05.60	30
22.05.70	15
22.06.10/40	30
24.02.20/30	50
34.01.10	20
34.01.40	15
34.01.60	15
39.02.08	5
39.02.30	5
39.02.45	5
39.02.60	5
82.01.10/90	5
82.02.10/20	5
82.03.10/90	5
82.04.20/90	5
82.05.10/90	5
82.06.00	5
82.07.00	5
82.09.10	5
92.01/92.10	5

2. São livres de imposto de consumo as mercadorias classificadas pelos artigos pautais 39.02.08, 39.02.30, 39.02.45, 39.02.60 e 92.01/92.10.

3. Durante o ano de 1994, são reduzidos em 50% os direitos e imposto de consumo, na importação de partes, peças separadas e acessórios destinados aos transportes colectivos de passageiros e que constam das subposições 87.02.35, 87.02.37 e 87.02.40 da Pauta Aduaneira em vigor.

4. Fica isento de direitos e emolumentos gerais aduaneiros, até 500 000 litros/ano, durante o ano de 1994, o gasóleo para exclusiva utilização nos transportes colectivos de passageiros.

5. Os benefícios estabelecidos nos nºs 3 e 4, só se aplicam às empresas de transporte colectivo urbano reconhecidas pelo Ministro das Finanças, ouvidas as Câmaras Municipais competentes, como assegurando carreiras regulares para a globalidade da área urbana em que operam.

6. São isentos de direitos alfandegários, de imposto de consumo e de emolumentos gerais aduaneiros, relativamente a produtos farmacêuticos e desde que sejam importados por empresas industriais farmacêuticas inscritas no cadastro industrial e os projectos nele averbados, a importação de:

- a) Matérias primas e subsidiárias, materiais e produtos acabados e semiacabados para incorporação nos produtos fabricados pela indústria farmacêutica nacional;
- b) Material para embalagem e acondicionamento de produtos farmacêuticos de laboração nacional.

7. O nº 2 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 108/89, de 30 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«2. As empresas industriais gozam também dos seguintes benefícios aduaneiros na importação de matérias-primas e subsidiárias, materiais e produtos acabados e semi-acabados, destinados a serem incorporados ou exclusivamente utilizados na laboração de produtos fabricados no âmbito de novos projectos industriais averbados:

- a) Isenção de direitos alfandegários, durante o ano da fase de instalação e nos dois anos subsequentes, contados da data da aprovação e vistoria;
- b) Redução de direitos de 75%, 50% e 25%, no terceiro, quarto e quinto anos subsequentes, respectivamente;
- c) Isenção do imposto de consumo».

8. São isentos de direitos de importação, emolumentos gerais e impostos de consumo:

- a) Material de construção, incluindo estruturas metálicas e equipamento destinado à construção, apetrechamento, ampliação ou remodelação de aeroportos e aeródromos nacionais;
- b) Aeronaves, seus motores, reactores, aparelhos, instrumentos, partes, peças separadas, e acessórios, com inclusão dos de reserva, quando destinados a empresas de transportes aéreos;
- c) Equipamentos para formação e treino de pessoal;
- d) Aparelhos e materiais de rádio-comunicação e segurança de voo;
- e) Equipamentos de terra, respectivas partes e peças separadas e acessórios quando os acompanham, utilizados por empresa concessionária de exploração de aeroportos e aeródromos nacionais e por empresas autorizadas a prestar assistência às aeronaves, designadamente unidades automotoras para carga e descarga das aeronaves, tapetes rolando, extintores, tractores com dispositivos especiais para manobras, reboques para atendimento de aeronaves em placas de estacionamento, unidades geradoras para arranque de motores, unidades geradoras com turbinas auxiliares para vários sistemas de aeronaves, unidades conversoras de frequência para alimentação do sistema eléctrico de aeronaves, empilhadeiras com dispositivos especiais para movimentação, embarque e desembarque de bagagem, carga, equipamentos, sobresselentes e mantimentos, plataformas, esteiras e escadas especiais, baterias de arranque e carros de baterias, carros de ar refrigerado para atendimento de aeronaves no solo, carros para serviço de incêndio;

- f) Outros materiais para serviço de incêndio;
- g) Materiais destinados a oficinas de manutenção e reparação de aeronaves, de aparelhos transmissores e receptores de rádio e radar; máquinas furadeiras-fresadeiras, máquinas estampadeiras, máquinas para molas, instrumentos de calibração, aparelhos destinados à reparação de sistemas hidráulicos de aterragem, instrumentos e aparelhos para testes diversos, aparelhos de raio X específicos para testes, máquinas-ferramentas e ferramentas especiais outros artefactos indispensáveis aos serviços de oficinas, reparação e manutenção;

9. São revogados o artigo 2º do Decreto-Lei nº 36585, de 12 de Novembro de 1947, a alínea a) do artigo 1º do Decreto nº 41024, de 28 de Fevereiro de 1957, e o artigo 2º do Decreto-Lei nº 136/82, de 31 de Dezembro.

10. São isentos de direitos aduaneiros, imposto de consumo e emolumentos gerais os materiais de defesa e policiamento, instrução e aquartelamento, importados pela Polícia de Ordem Pública, Judiciária, Marítima e Guarda Fiscal, destinados ao uso exclusivo das respectivas corporações, nomeadamente:

- a) Armamentos;
- b) Automóveis e motociclos;
- c) Equipamento de transmissão;
- d) Munições;
- e) Equipamento destinado à técnica canina.

Artigo 19º

Imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco (IEC)

1. É criado o Imposto Especial sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas e Tabaco (IEC) que incide sobre a cerveja, o vinho, outras bebidas fermentadas e bebidas espirituosas, bem como sobre o tabaco manipulado.

2. O facto gerador do imposto acima referido é a importação e a produção industrial no território nacional dos produtos referidos no número anterior, os quais ficam sujeitos às seguintes taxas:

Nomeclatura pautal	Taxa
22.03.10/90	5\$00/LITRO
22.05.10/20	10\$00 "
22.05.30/70	10\$00 "
22.06.10/40	10\$00 "
22.07.10/60	10\$00 "
22.09.15/80	50\$00 "
22.09.90	50\$00 "
24.02.10	cada 20 charutos, cigarrilhas ou fração 40\$00
24.02.20/30	5\$00
24.02.40/60	200\$00/Kg

3. A cobrança do imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas e do tabaco (IEC), é da competência da Direcção-Geral das Alfândegas do Ministério das Finanças.

4. A receita proveniente do imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas e do tabaco (IEC) destina-se a ser utilizada exclusivamente nos domínios da saúde pública e do desenvolvimento das infraestruturas e actividades desportivas.

CAPÍTULO IV Disciplina orçamental

Artigo 20º

Execução orçamental

1. O Governo tomará as medidas necessárias à rigorosa contenção das despesas públicas e ao controlo da sua eficiência, de forma a alcançar possíveis reduções do défice orçamental e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

2. O Governo tomará as medidas adequadas à correcta gestão orçamental, ficando à responsabilidade de cada membro do Governo as transferências de verbas do orçamento do respectivo departamento governamental que se não refiram a remunerações certas e permanentes e a investimentos do Plano, bem como as transferências de rubricas de despesas de capital para despesas correntes.

3. As alterações orçamentais que impliquem aumento do orçamento privativo dos fundos e serviços autónomos devem ser previamente submetidas à aprovação do Ministro das Finanças.

Artigo 21º

Alterações orçamentais

1. Na execução do Orçamento do Estado para 1994, fica o Governo autorizado a:

- a) Efectuar a transferência das dotações inscritas a favor dos serviços que sejam deslocados do centro para a periferia e de um ministério para outro ou de um departamento para outro dentro do mesmo ministério, durante a execução orçamental, ainda que a转移ência se efectue com alteração do serviço;
- b) Introduzir no escalonamento anual dos encargos relativos a cada um dos programas incluídos no mapa IV do Orçamento do Estado as alterações que visem a maximização do grau de execução dos investimentos do Plano, bem como alterar os quantitativos dos programas relativos ao ano de 1994, desde que não transitem entre ministérios os acréscimos de encargos relativos a cada programa e não seja alterada a respectiva classificação funcional;
- c) Inscrever novos projectos de investimentos do Plano, desde que o seu financiamento esteja assegurado.

2. O Governo poderá suspender ou condicionar as despesas orçamentais da administração central e dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos, se a situação financeira do país o justificar.

Artigo 22º

Regime duodecimal

1. Durante o ano de 1994, as dotações orçamentais ficam sujeitas ao regime duodecimal.

2. Não se encontram abrangidas no número anterior as dotações para remunerações certas e permanentes, evacuação de doentes, pensões, seguros, encargos das instalações, comunicações, encargos com a dívida pú-

blica e, bem assim, as dotações relativas aos programas de investimentos.

Artigo 23º

Aquisição de imóveis

1. A dotação do Orçamento do Estado destinada à aquisição de imóveis para os serviços e organismos do Estado só pode ser reforçada com contrapartida em receita proveniente da alienação de outros imóveis do património público, ou de receitas consulares, no caso de aquisição de imóveis destinados a instalação de serviços diplomáticos e consulares.

2. A aquisição de imóveis pelos serviços e organismos dotados de autonomia financeira também fica dependente da autorização do Ministro das Finanças e do ministro que exerce a tutela do serviço ou organismo, sobre proposta devidamente fundamentada.

Artigo 24º

Utilização das dotações orçamentais

1. Os serviços públicos sujeitos à disciplina orçamental são obrigados a manter actualizadas as contas correntes das dotações orçamentais com o registo dos encargos contraídos.

2. Os projectos de diploma visando a criação ou a reestruturação de serviços só poderão ser aprovados desde que existam adequadas contrapartidas no orçamento do respectivo departamento ministerial.

3. Mediante autorização do Ministro das Finanças podem ser antecipados, total ou parcialmente, dotações inscritas no Orçamento do Estado, desde que os pedidos sejam devidamente fundamentados e homologados pelo membro do Governo que superintende no departamento a que a dotação orçamental se refere.

4. Fica o Governo autorizado a incluir no Orçamento do Ministério das Finanças, uma dotação provisional para contrapartida de inscrições ou reforços destinados ao pagamento de despesas não previstas e inadiáveis.

Artigo 25º

Recursos para investimentos do plano

1. As dotações inscritas no Orçamento do Estado para execução dos investimentos do Plano não poderão ser utilizadas sem especificação em programas e projectos aprovados pelo membro do governo que superintende no sector a que os investimentos se referem.

2. A realização das despesas de investimentos fica sujeita aos seguintes requisitos:

- a) Conformidade legal;
- b) Regularidade financeira;
- c) Economia, eficiência e eficácia.

3. Por conformidade legal entende-se a prévia existência de lei que autorize a despesa, dependendo a regularidade financeira da inscrição orçamental, do correspondente cabimento e da adequada classificação da despesa.

Artigo 26º

Serviços e fundos autónomos

1. Para efeitos do controlo sistemático da gestão orçamental, deverão os serviços e fundos autónomos remeter, trimestralmente, à Direcção-Geral do Orçamento, as contas da sua execução orçamental, bem como os elementos que forem solicitados para o acompanhamento da mesma.

2. Os serviços dotados de autonomia administrativa e financeira só poderão requisitar mensalmente as importâncias que, embora dentro dos respectivos duodécimos, forem estritamente indispensáveis às suas actividades.

3. As requisições de fundos, enviadas à entidade referida no nº 1 deste artigo, para autorização de pagamento, serão acompanhadas de projecto de aplicação onde se pormenorizem, por cada rubrica da classificação económica, os encargos e os pagamentos no respectivo mês, as importâncias anteriormente levantadas e os pagamentos efectuados.

4. Os saldos das contas de gerência dos serviços e fundos autónomos, reportados a 31 de Dezembro, deverão dar entrada no Cofre Geral do Tesouro, até 14 de Fevereiro do ano seguinte.

5. Em caso de incumprimento da obrigação prevista nos números 1 a 4 deste artigo, o Ministro das Finanças poderá mandar suspender o pagamento dos fundos requisitados.

CAPÍTULO V

Financiamento do Orçamento do Estado, operações activas, garantias do Estado, gestão da dívida pública e regularizações

Artigo 27º

Financiamento do orçamento do Estado

1. Fica o Governo autorizado a contrair empréstimos e a realizar outras operações de crédito, nos mercados interno e externo, junto de organismos de cooperação financeira e de outras entidades, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo as dos serviços e organismos com autonomia administrativa e financeira.

2. Fica o Governo autorizado a emitir títulos do Tesouro, cujas condições serão definidas por portaria do Ministro das Finanças, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo as dos serviços e organismos com autonomia administrativa e financeira.

3. Os empréstimos externos devem ser aplicados, preferencialmente, nos projectos de investimento e outros empreendimentos públicos e não deverão ser contraídos em condições mais desfavoráveis do que as correntes no mercado internacional de capitais quanto a prazo, taxas de juro e outros encargos.

Artigo 28º

Operações activas

Fica o Governo autorizado a, através do Ministro das Finanças, que poderá delegar em outro membro do Governo ou em pessoal dirigente, conceder empréstimos, realizar outras operações de crédito activas e renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores.

Artigo 29º

Garantias do Estado

1. Fica o Governo autorizado a conceder avales para operações financeiras internas e externas, relativas a empreendimentos de relevante interesse económico ou social para o país.

2. A autorização do número anterior não abrange as garantias de operações financeiras destinadas a cobrir despesas de funcionamento de empresas públicas ou mistas.

3. Os avales até 25 000 contos competem ao Ministro das Finanças, que poderá delegar em outro membro do Governo.

Artigo 30º

Gestão de dívida pública

1. O Governo tomará as medidas adequadas à eficiente gestão da dívida pública, nomeadamente no que diz respeito à melhoria da respectiva estrutura e à redução do serviço da dívida pública e à sua articulação com a política monetária, ficando autorizado a, através do Ministro das Finanças, que poderá delegar em outro membro do Governo ou em pessoal dirigente, proceder, entre outras, às seguintes medidas:

- a) Reforço das dotações orçamentais para amortização de capital, caso isso se mostre necessário;
- b) Renegociação das condições de empréstimos anteriores;
- c) Pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;
- d) Contratação de novas operações destinadas a fazer face ao pagamento antecipado ou à transferência das responsabilidades associadas a empréstimos anteriores;
- e) Renegociação das condições de empréstimos anteriores, incluindo a celebração de contratos de troca (swaps) do regime de taxa de juro, de divisa e de outras condições contratuais;
- f) Redução do endividamento externo por contrapartida da emissão de dívida interna.

2. O Governo afectará as receitas provenientes da alienação das participações financeiras do Estado ou de partes de capital de empresas públicas à promoção e ao relançamento das actividades privadas e ao pagamento da dívida pública.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 31º

Contas consulares

O Governo definirá, em 1994, o regime financeiro dos consulados, secções consulares e demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeadamente no que respeita à gestão e movimentação de fundos e ao sistema de controlo interno.

Artigo 32º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor a 1 de Janeiro de 1994.

Aprovada em 7 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Fernandes Spencer Lopes.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

Pel'O Presidente da Assembleia Nacional, António do Espírito Santo Fonseca.

ORÇAMENTO DO ESTADO
1994

MAPA I

RECEITAS DO ESTADO

Class. Nação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)			
		Por Artigos	Por grupos	Por Capítulos	
RECEITAS CORRENTES					
CAP. 01 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO					
01.01.01	IMPOSTO INDUSTRIAL	521,000			
01.01.02	IMPOSTO PROFISSIONAL	460,000			
01.01.03	IMPOSTO COMPLEMENTAR	305,000	1,286,000		
	SOMA DO CAPÍTULO 01:			1,286,000	
CAP. 02 - IMPOSTOS SOBRE A DESPESA					
01- TRANSACÇÕES INTERNACIONAIS					
02.01.01	DIREITOS DE IMPORTAÇÃO	1,250,000			
02.01.02	IMPOSTO DE TONELAGEM	6,500			
02.01.03	EMOLUMENTOS GERAIS ADUANEIROS	680,000	1,936,500		
02- IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO					
02.02.01	IMPOSTO DE CONSUMO	950,000			
02.02.02	IMPOSTO DE PRODUTOS PETROLIFEROS	66,000			
02.02.03	IMPOSTO DE CONSUMO BEBIDAS ALCOOLICAS E TABACO	99,751	1,115,751		
03- IMPOSTO DE SELO					
02.03.01	ESTAMPILHAS FISCAIS	55,746			
02.03.02	LETRAS SELADAS	1,500			
02.03.03	SELO DE VERBA	170,164			
02.03.04	SELO DE CHEQUES	1,463			
02.03.05	SELOS DIVERSOS	8,500	237,373		
04- OUTROS IMPOSTOS SOBRE A DESPESA					
02.04.01	TAXA ESPECIAL DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTIVEIS	500			
02.04.02	SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO	1,714			
02.04.03	TAXAS DE EXPLORAÇÃO-LOJAS FRANCAS	1,500	3,714		
	SOMA DO CAPÍTULO 02:			3,293,336	
CAP. 03 - IMPOSTOS MUNICIPAIS					
03.01.01	CONTRIBUIÇÃO PREDIAL AUTARQUICA	70,000			
03.01.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE O PATRIMONIO	6,495			
03.01.03	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	36,346			
03.01.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS VEICULOS	15,000			
03.01.05	IMPOSTO DE TURISMO	3,000	130,841		
	SOMA DO CAPÍTULO 03:			130,841	

Classificação Económica	Designação	IMPORÂNCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por grupos	Por Capítulos
RECEITAS CORRENTES				
	CAP. 04 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES			
04.01.01	SERVICO DE PASSAPORTES	9,000		
04.01.02	SERVICOS AGRICOLAS E PECUARIOS	40		
04.01.03	SERVICOS DE SANIDADE	50		
04.01.04	SERVICOS POLICIAIS	102		
04.01.05	SERVICOS DE VIAÇÃO	18,000		
04.01.06	SERVICOS JUDICIAIS E DE REGISTO(imposto de justica)	3,700		
04.01.07	SERVICOS DE COMERCIO	15,000		
04.01.08	TAXAS DIVERSAS	28,000	73,892	
02- EMOLUMENTOS E CUSTAS				
04.02.01	EMOLUMENTOS DE SECRETARIA	630		
04.02.02	EMOLUMENTOS DE PORTOS E CAP.TANIAS	8,000		
04.02.03	EMOLUMENTOS JUDICIAIS	15		
04.02.04	EMOLUMENTOS DOS REGISTOS	15,000		
04.02.05	EMOLUMENTOS COBRADOS PELOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, DE CONTEN. FISCAL E ADUANEIRO	1,022		
04.02.06	CUSTAS COBRADAS NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, DE CONTENCIOSO FISCAL E ADUANEIRO	1,500		
04.02.07	OUTROS EMOLUMENTOS E CUSTAS	1,000	27,167	
03- MULTAS E OUTRAS PENALIDADES				
04.03.01	JUROS DE MORA	5,500		
04.03.02	TAXA DE RELAXE	5,500		
04.03.03	MULTAS POR INFRACCOES FISCAIS	5,000		
04.03.04	MULTAS POR INFRACCACAO AO CODIGO DA ESTRADA	8,000		
04.03.05	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	24,000	48,000	
SOMA DO CAPITULO 04:.....				
	CAP. 06 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES			149,059
05.01.01	PARTICIPACAO NOS LUCROS DAS EMPRESAS PUBLICAS	300,000		
05.01.02	JUROS DO SECTOR PUBLICO E PRIVADO	180,000		
05.01.03	SERVICOS AEROPORTUARIOS E PORTUARIOS	35,000		
05.01.04	SERVICOS GERAIS	11		
05.01.05	OUTROS RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES		515,011	515,011
SOMA DO CAPITULO 06.....				
	CAP. 06 - TRANSFERENCIAS			
01- TRANSFERENCIAS DO SECTOR PUBLICO				
06.01.01	SECTOR PUBLICO			
02- AMORTIZACOES PARA A PREVIDENCIA				
06.02.01	TAXA SOCIAL UNICA	280,000		
06.02.02	CAIXA DE APOSENTACOES E PENSOES	200		
06.02.03	MONTEPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO		280,200	
06.02.04	OUTRAS AMORTIZACOES			
03- TRANSFERENCIAS-EXTERIOR				
06.03.01	SERVICOS CONSULARES	33,000		
06.03.02	COOPERACAO INTERNACIONAL	100,000		
06.03.03	TRANSFERENCIAS DIVERSAS		133,000	
04- TRANSFERENCIAS- OUTROS SECTORES				
06.04.01	TOTOLOTO NACIONAL	9,000		
06.04.02	CAIXA ECONOMICA DE CABO VERDE			
06.04.03	COFRE DE JUIZO DAS CONTRIBUIÇOES E IMPOSTOS	1,000		
06.04.04	OUTRAS TRANSFERENCIAS		10,000	
SOMA DO CAPITULO 06:.....				
				423,200

Classifi- cação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por grupos	Por Capítulos
	RECEITAS CORRENTES			
CAP. 07 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES				
07.01.01	01- VENDA DE BENS DURADOUROS VENDAS DO PATRIMONIO DO ESTADO	10,202		
07.01.02	OUTROS SECTORES	16,234	26,436	
07.02.01	02- VENDA DE BENS NAO DURADOUROS IMPRESSOS DE IMPRENSA NACIONAL	12,000		
07.02.02	IMPRESSOS DE OUTROS SERVICOS	18,000		
07.02.03	OUTROS IMPRESSOS	17,456	47,456	
07.03.01	03- RENDAS RENDAS DE HABITACAO DO ESTADO	5,400		
07.03.02	RENDAS DE EDIFICIOS-SERVIÇOS GERAIS			
07.03.03	RENDAS DE BENS DURADOUROS-SERVICO DE ALUGUER DE MAQUINAS E OUTROS			
07.03.04	RENDAS-SERVIÇOS DIVERSOS		5,400	
07.04.01	04- EMOLUMENTOS PESSOAIS SERVICOS ADUANEIROS E DA GUARDA FISCAL	60,000		
07.04.02	SERVICOS PORTUARIOS	8,000		
07.04.03	SERVICOS DE IMPRENSA NACIONAL	5,000		
07.04.04	SERVICOS DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA (emolumentos de avaliacao, etc)	9,000		
07.04.05	SERVICO DA POLICIA DE FRONTEIRAS			
07.04.06	SERVICO DA POLICIA DE ORDEM PUBLICA			
07.04.07	SERVICOS AGRICOLAS E PECUARIOS			
07.04.08	SERVICOS DIVERSOS	600	82,600	
07.05.01	05- VISTORIAS SERVICOS MARITIMOS	230		
07.05.02	SERVICOS DIVERSOS	234	464	
07.06.01	06- DIVERSOS SERVICOS E BENS NAO DURADOUROS SERVICO DE FARMACIAS	2,000		
07.06.06	SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES	30,000		
07.06.03	SERVICO DAS OFICINAS DO ESTADO	210		
07.06.04	SERVICO DA IMPRENSA NACIONAL	15,800		
07.06.05	SERVICO DOS RECURSOS AGROFLORESTAIS			
07.06.06	SERVICOS ADUANEIROS-ARMAZENAGEM	200		
07.06.07	SERVICOS DE AGUAS			
07.06.08	SERVICOS DIVERSOS	18,000	66,210	
SOMA DO CAPITULO 07:.....				228,566
CAP. 08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
08.01.01	EXCESSO DE VENCIMENTOS	1,200		
08.01.02	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,000	2,200	
SOMA DO CAPITULO 08:.....				2,200

Classificação Económica	Designação RECEITAS CAPITAL	IMPOR TANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por grupos	Por Capítulos
	CAP. 09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO			
09.01.01	01 - TERRENOS- ADMINISTRACOES PUBLICAS			
09.01.02	TERRENOS EXTERIOR			0
09.01.02	TERRENOS E OUTROS SECTORES			
09.02.01	02- EDIFICIOS			
09.02.01	DESAMORTIZACAO DE IMOVEIS DO ESTADO	17,250		
09.02.02	EDIFICIOS-OUTROS SECTORES	36	17,286	
09.03.01	03- OUTROS BENS DE INVESTIMENTO			
09.03.01	MATERIAL DE TRANSPORTE	5,750		
09.03.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	6,000		
09.03.03	ANIMAIS			
09.03.04	DIVERSOS-SERVICOS GERAIS			
09.03.05	PARTICIPACOES	80,000	91,750	
	SOMA DO CAPITULO 09:.....			109,036
	CAP. 10 - TRANSFERENCIAS			
10.01.01	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	6,185,913		
10.01.02	TRANSFERENCIAS DIVERSAS	774,265	6,960,178	
	SOMA DO CAPITULO 10:.....			6,960,178
	CAP. 11 - ACTIVOS FINANCEIROS			
11.01.01	REEMBOLSO DE EMPRESTIMOS	300,000		
	SOMA DO CAPITULO 11:.....			300,000
	CAP. 12 - PASSIVOS FINANCEIROS			
12.01.01	CREDITO INTERNO	2,623,050		
12.01.02	CREDITO EXTERNO	3,214,334	5,837,384	
	SOMA DO CAPITULO 12:.....			5,837,384
	CAP. 13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			
13.01.01	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1,200		
	SOMA DO CAPITULO 13:.....			1,200
	CAP. 14 - REPOSIÇOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS			
14.01.01	REPOSIÇOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,000		
	SOMA DO CAPITULO 14:.....			2,000
	CAP. 15 - CONTAS DE ORDEM			
15.01.01	CONTAS DE ORDEM	488,924		
	SOMA DO CAPITULO 15:.....			488,924
	TOTAL DAS RECEITAS.....			19,726,937

MAPA II

MAPA DAS DESPESAS POR DEPARTAMENTO ORGÂNICO

ORGANISMOS	1994			(milhares de escudos)
	DESP.CORR.	CONT. ORD.	INVEST.	
ASSEMBLEIA NACIONAL	104,603	6,850		111,453
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	67,760			67,760
CHEFIA DO GOVERNO	58,965			58,965
MINIST. ADM.P.ASS.PARLAMENT.	64,325		17,600	81,925
MINIST. DA ADM. INTERNA	369,402		75,530	444,932
SEC. DE EST. DA JUV.E P.SOC.	159,414		339,414	498,828
MINISTERIO DA DEFESA	275,418		13,000	288,418
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	543,150			543,150
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO	244,570	17,020	92,280	353,870
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	2,448,397	27,236	432,895	2,908,528
MINISTERIO DAS PESCAS, AGRICULTURA E ANIMAÇAO R	304,972	25,998	3,667,218	3,998,188
MINISTERIO DO TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	92,640		1,881,012	1,973,652
MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES	247,619	287,000	3,574,307	4,108,926
MINISTERIO DA EDUCACAO E DESPORTO	1,308,930		1,229,596	2,538,526
MINISTERIO DA SAUDE	634,247	26,700	505,406	1,166,353
MINISTERIO DA CULTURA E COMUNICACAO	185,284	98,120	115,873	399,277
MINISTÉRIO DA COORD.ECONOMICA	40,845		143,341	184,186
TOTAL	7,150,541	488,924	12,067,472	19,726,937

MAPA III

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS

C.F.	FUNÇÕES	DESPE-SAS COR-RENTES	CONTAS DE ORDEM	INVESTIMENTOS	TOTAL
1.	Serviços gerais da administração pública.....	2,585,794	51,106	618,472	3,255,372
1.1	Administração geral	1,707,516	51,106	593,472	2,352,094
1.2	Negócios estrangeiros.....	543,150			543,150
1.3	Segurança e ordem pública.....	335,128		25,000	360,128
1.4	Investigação de carácter geral.....				
2.	Defesa nacional.....	275,418		13,000	288,418
2.1	Administração.....	9,298			9,298
2.2	Exército.....	266,120		13,000	279,120
3.	Educação.....	1,308,930		1,139,000	2,447,930
3.1	Administração, regulament. e investigação.....	153,394		359,000	512,394
3.2	Escolas, liceus e outros centros de ensino.....	1,155,536		780,000	1,935,536
4.	Saúde.....	634,247	26,700	505,000	1,165,947
4.1	Administração, regulament. e investigação.....	466,006		328,000	794,006
4.2	Hospitais e clínicas.....	168,241	26,700	177,000	371,941
5.	Segurança e assistência social.....	444,482		339,000	783,482
5.1	Administração, regulament. e investigação.....				0
5.2	Previdência e assistência social.....	444,482		272,000	716,482
5.3	Serviços de assistência social.....			67,000	67,000
6.	Habitação e equipamentos urbanos.....	15,455	287,000	995,000	1,297,455
6.1	Habitação.....	15,455	287,000	575,000	877,455
6.2	Equipamentos urbanos.....				0
6.3	Higiene e saneamento básico.....			420,000	420,000
7.	Outros serviços colectivos e sociais.....	205,216	98,120	206,000	509,336
7.1	Serviços recreativos e culturais.....	205,216	98,120	206,000	509,336
7.2	Cultos e outros serviços não especificados.....				
8.	Serviços económicos.....	658,999	25,998	8,272,000	8,956,997
8.1	Administração geral, regul. e investigação.....	419,997	25,998	254,000	699,995
8.2	Agricultura, silv., pec., caça e pesca.....	78,174		3,056,000	3,134,174
8.2.1	Agricultura e silvicultura.....	70,673		1,570,000	1,640,673
8.2.2	Pecuária, caça e pesca.....	7,501		1,486,000	1,493,501
8.3	Indústrias extract., transf., e const. civil.....	33,045		258,000	291,045
8.3.1	Indústrias extractivas.....			16,000	16,000
8.3.2	Indústrias transformadoras.....			242,000	242,000
8.3.3	Indústrias de construção civil.....	33,045			33,045
8.4	Electricidade, gás e água.....	10,000		1,990,000	2,000,000
8.5	Estradas.....			1,214,000	1,214,000
8.6	Vias navegáveis e portos.....	67,846		341,000	408,846
8.7	Outros transportes e comunicações.....	20,960		1,024,000	1,044,960
8.8	Turismo.....	15,161		99,000	114,161
8.9	Comércio.....	13,816		36,000	49,816
8.10	Outros serviços económicos.....				
9.	Outras funções.....	1,022,000			1,022,000
9.1	Operações da dívida pública.....	1,022,000			1,022,000
	TOTAL	7,150,541	488,924	12,087,472	19,726,937

MAPA IV

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 1994

(milhoes de escudos)

1. MINISTERIO DAS PESCAS, AGRI., ANIM RURAL			
. pescas		1430	
. recursos hidricos		612	
. agricultura		318	
. florestacao		363	
. pecuaria		56	
. meio ambiente/engenharia rural		454	
. infraestruturas rurais		24	
. animacao e assistencia tecnica		269	
. investigacao e formacao		142	
total MPAAR		3668	
2. MINISTERIO DO TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO			
turismo			
. plano estrategico prom,capt inv ext		40	
. estudos e formacao profissional		16	
. assistencia tecnica e promocao turistica		28	
. fundo desenvolvimento turismo		15	
total turismo.....		99	
industria			
. desenvolvimento institucional		46	
. fomento do sector privado		64	
. valorizacao de recursos minerais		16	
. zona industrial da Praia		50	
. reabilitacao Onave		53	
. reabilitacao Cabnave		139	
total industria.....		368	
energia e dessalinizacao			
. legislacao/formacao		12	
. dessalinizacao Svicente/Praia		571	
. energia electrica S.vicente/Sal		282	
. electrificacao centros secundarios		284	
. energias renovaveis		229	
total energia e dessalinizacao.....		1378	
comercio			
. apoio a constituciao camara comercio		15	
. apoio a gestao das importacoes e exportacoes		21	
total comercio.....		36	
total MTIC.....			1881

3. MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES		
.infraestruturas portuarias/transp marítimo	341	
.infraestruturas aeroportuárias	761	
.estradas, obras sociais, equipamentos	1214	
.ordenamento do território/saneamento	420	
.correios e telecomunicações	263	
.habitação	575	
total MIT.....	3574	
4. MINISTÉRIO DA EDUCACAO		
.formação de quadros	278	
.alfabetização	54	
.construção, reparação e equipamento de escolas	74	
.acção social escolar	414	
.Preba - elevação qualitativa do ensino básico	55	
.Prese - reforço do sistema educativo	111	
.escola técnica da Praia	127	
.reforço institucional	26	
.estruturas desportivas	90	
total ME.....	1229	
5. MINISTÉRIO DA SAUDE		
.construção, ampliação e reabilitação estruturas	177	
.desenvolvimento de programas de saúde	128	
.melhoria prestação cuidados saúde	170	
.assistência técnica	30	
total MS.....	505	
6. MINISTÉRIO DA CULTURA E COMUNICACAO		
.actividades de fomento cultural	85	
.comunicação social	31	
total MCC.....	116	
7. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS		
.reforma fiscal	6	
.aquisição, remodelação edifícios públicos	145	
.construção novas estâncias aduaneiras	19	
.apoio institucional ao MCE/MF/MNE	84	
.informatização administração central	15	
.construção repartição de finanças	53	
.programas municipais	110	
total MF.....	432	

8. MINISTERO DA JUSTICA		
.construcoes, remodelacoes	17	
.emprego e formacao profissional	75	
total Mjt.....	92	
9. MINISTERO DA ADMINISTRACAO INTERNA		
.processo eleitoral	16	
.instalacao concelhos	35	
.instalacoes policiais	25	
total MAI.....	76	
10. MINISTERIO ADMINISTRACAO PUBLICA ASS. PARL.		
.desenvolvimento da administracao	18	
total MAPAP.....	18	
11. MINISTERIO DA COORDENACAO ECONOMICA		
.unidade de populacao	21	
.assistencia tecnica reestruturação SEE	83	
.public sector reform/capacity building	20	
.estudos perspectivas longo prazo	20	
total MCE.....	144	
12. MINISTERIO DA DEFESA		
.aquadartelamentos	13	
total MD.....	13	
13. SECRETARIA DE ESTADO JUVENT E PROMOC. SOCIAL		
.programas de apoio a vulneraveis	194	
.esquema minimo proteccao social	78	
.construcao estruturas de apoio	13	
.mulher e desenvolvimento	24	
.sistema incentivos jovens empresarios	30	
total SEJPS.....	339	
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 1994.....		12087

SINTESE DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 1994**POR DEPARTAMENTO ORGANICO**

MINISTERIO DAS PESCAS, AGRICULTURA, ANIMACAO RURAL	3668
MINISTERIO DO TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	1881
MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES	3574
MINISTERIO DA EDUCACAO E DESPORTO	1229
MINISTERIO DA SAUDE	505
MINISTERIO DA CULTURA E COMUNICACAO	116
MINISTERIO DAS FINANCAS	432
MINISTERIO DA JUSTICA E TRABALHO	92
MINISTERIO DA ADMINISTRACAO INTERNA	76
MINISTERIO DA ADMINISTRACAO PUBLICA E ASS. PARLAMENTARES	18
MINISTERIO DA COORDENACAO ECONOMICA	144
MINISTERIO DA DEFESA	13
SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E PROMOCAO SOCIAL	339
TOTAL	12087

Lei nº 96/IV/93

de 31 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional, decreta nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

(Criação)

1. É criado, na ilha de Santiago, um novo município, designado Município de São Domingos, cujo território é o das Freguesias de São Nicolau Tolentino e de Nossa Senhora da Luz, com os actuais limites.

2. O actual Município da Praia passa a integrar apenas as Freguesias de Nossa Senhora da Graça, de Santíssimo Nome de Jesus e de São João Baptista, com os actuais limites.

Artigo 2º

(Sede)

O Município de São Domingos tem a sua sede na po-voação do mesmo nome que é elevada à categoria de vila, doravante designada Vila de São Domingos.

Artigo 3º

(Comissão instaladora)

É criada uma Comissão Instaladora do Município de São Domingos, composta por um presidente e quatro vogais, nomeados pelo Ministro da Administração Interna, ouvidos os partidos políticos.

Artigo 4º

(Prazo da posse)

A Comissão Instaladora toma posse no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 5º

(Competência)

1. Compete à Comissão Instaladora propôr ao Governo medidas tendentes à instalação do Município de São Domingos e promover a respectiva execução.

2. Compete ainda à Comissão Instaladora exercer os poderes que a lei atribui à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

3. O Presidente da Comissão Instaladora tem os poderes e exerce as competências que, por lei, são atribuídos ao presidente da câmara municipal.

Artigo 6º

(Recursos financeiros)

1. Pertencem ao Município de São Domingos os rendimentos municipais cobrados no seu território, a partir de 1 de Janeiro de 1994.

2. O Município de São Domingos será tido em conta no rateio da comparticipação dos municípios nos impostos directos e indirectos inscritos no Orçamento do Estado para 1994.

Artigo 7º

(Transferência de bens)

1. Transitam para o Município de São Domingos:

a) Os imóveis do património municipal localizados nas Freguesias de São Nicolau Tolentino e de Nossa Senhora da Luz;

b) Os móveis e semoventes do património municipal à data afectos à actividade municipal nas Freguesias de São Nicolau Tolentino e de Nossa Senhora da Luz;

c) Os funcionários e agentes municipais à data residentes e afectos às actividades municipais dessas freguesias, salvo se optarem diferentemente até 30 dias após a entrada em vigor da presente lei.

2. Os bens referidos nas alíneas a) e b) do nº 1 constarão de termo de entrega devidamente documentado, assinado pelo Presidente da Câmara da Praia, pelo Presidente da Comissão Instaladora e por um representante do membro do governo que exerce tutela sobre os municípios.

Artigo 8º

(Autorização de providências)

Fica o Governo autorizado a adoptar as providências normativas, administrativas e financeiras indispensáveis à instalação do Município de São Domingos e à execução do que no presente diploma se estabelece.

Artigo 9º

(Eleição)

A eleição dos titulares dos órgãos do município terá lugar quando se realizarem eleições municipais gerais.

Artigo 10º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1994.

Aprovada em 9 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO*.

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

Pel'O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.

Lei nº 97/IV/93

de 31 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea c) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

Fica o Governo autorizado a legislar sobre as matérias abaixo designadas e nos termos seguintes:

Estatuto dos funcionários

Objecto:

Definição de estatutos específicos para os médicos e enfermeiros que exercem a sua actividade como funcionários públicos.

Extensão:

- a) Criação da carreira do pessoal médico, a aplicar-se a duas áreas de actuação, a hospitalar e a de saúde pública, e a ser estruturada em categorias que se desdobrarão em escalões de progressão;
- b) Criação da carreira do pessoal de enfermagem, a aplicar-se a duas áreas de actuação, a hospitalar e a de saúde pública, e a ser estruturada em categorias que se desdobrarão em escalões de progressão;
- c) Definição dos princípios enformadores dessas carreiras, designadamente no que se refere a formação e investigação científica, ao regime de trabalho, ao regime remuneratório e as regras do desenvolvimento das carreiras;
- d) Regime de transição.

Artigo 2º

A autorização legislativa é concedida para um prazo de seis meses, devendo os efeitos do diploma legal emanado ao seu abrigo produzirem-se a partir de 1 de Janeiro de 1994.

Aprovada em 10 de Dezembro de 1993.

Pel'O Presidente da Assembleia Nacional, António do Espírito Santo Fonseca.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, António do Espírito Santo Fonseca.

Lei n.º 98/IV/93

de 31 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

(Âmbito)

O presente diploma aplica-se aos funcionários e agentes dos serviços civis da Administração Central, da Administração Local Autarquia, bem assim, aos agentes dos institutos públicos e outras pessoas colectivas cujo estatuto esteja, expressamente, sujeito ao regime de direito público.

Artigo 2º

(Objecto)

O presente diploma regula as situações funcionais, critérios e condições do descongestionamento da Função Pública.

Artigo 3º

(Instrumentos)

O pessoal a que se refere o artigo 1º poderá desvincular-se da Função Pública mediante a aposentação antecipada ou indemnização, nos termos a que se referem os artigos seguintes.

Artigo 4º

(Aposentação voluntária)

Podem aposentar-se por sua iniciativa, independentemente da submissão à Junta de Saúde, os funcionários ou agentes da Administração Pública que a data da publicação do presente diploma preencham uma das seguintes condições:

- a) Possuam 30 anos de serviço, qualquer que seja a sua idade;
- b) Possuam 60 ou mais anos de idade.

Artigo 5º

(Desvinculação mediante indemnização)

1. O pessoal a que se refere o artigo 1º poderá por sua livre iniciativa desvincular-se da Administração Pública mediante indemnização calculada com base no tempo de serviço bonificado.

2. Para efeitos do disposto no número anterior o Governo instituirá mecanismos de bonificação de tempo de serviço.

Artigo 6º

(Liquidação)

O pagamento das indemnizações poderá ser efectuado numa única prestação ou em prestações parcelares durante três anos, nos termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 7º

(Salvaguarda do direito a aposentação)

1. Aos funcionários e agentes da Administração Pública que voluntariamente optarem pela desvinculação mediante indemnização será assegurado o direito a aposentação uma vez cumprido o requisito limite de idade.

2. Em caso algum os funcionários e agentes a que se refere o número anterior poderão receber a pensão de aposentação antes de decorridos oito anos após terem recebido a indemnização.

Artigo 8º

Em caso algum os funcionários e agentes que se desvincularem mediante indemnização poderão ser admitidos na Administração Pública antes de decorrido o tempo que vier a ser fixado para determinação do montante global da indemnização.

Artigo 9º

O Governo regulamentará por decreto-lei os incentivos, os grupos profissionais a abranger, bem assim os mecanismos de gestão e acompanhamento do Programa de Abandono Voluntário.

Aprovada em 15 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício,
António do Espírito Santo Fonseca.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL
MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

Pel'O Presidente da Assembleia Nacional, *António
do Espírito Santo Fonseca.*

Lei nº 99/IV/93

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

(Objecto)

O presente diploma aprova o regime jurídico da empresa franca.

Artigo 2º

(Estatuto de empresa franca)

1. O estatuto de empresa franca é concedido, nos termos previstos no presente diploma, pelo Ministro responsável pela área do planeamento adiante designado por Ministro.

2. Só podem candidatar-se ao estatuto de empresa franca as empresas constituídas para a produção e comercialização de bens e prestação de serviços exclusivamente destinados à exportação ou à venda a outras empresas francas instaladas em Cabo Verde.

Artigo 3º

(Definições)

Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a) Empresa franca: toda a empresa a que tenha sido atribuído o estatuto de empresa franca;
- b) Estabelecimento: o conjunto de elementos, pertencentes a uma empresa franca;
- c) Empresa: empresa em nome individual ou colectiva, nacional ou estrangeira, legalmente estabelecida;
- d) Certificado: documento que confere o estatuto de empresa franca emitido pelo Ministro.

CAPÍTULO II

Estatuto de empresa franca

Secção I

Processo de atribuição

Artigo 4º

(Pedido)

O pedido de sujeição ao regime jurídico da empresa franca deve ser formulado em requerimento de modelo que constitui o anexo I ao presente diploma, que dele

faz parte integrante e em triplicado, ao Ministro, através do Centro de Promoção do Investimento e das Exportações, acompanhado do pacto social, tratando-se de sociedade, e certidão de registo comercial.

Artigo 5º

(Prazo para a resposta)

1. A empresa que tiver solicitado o estatuto de empresa franca deverá receber uma resposta no prazo máximo de trinta dias a contar da data da recepção do pedido pelo Centro de Promoção do Investimento e das Exportações. A não recepção da resposta no prazo referido anteriormente, implica o deferimento tácito.

2. Excepcionalmente e em casos estritamente necessários, a Comissão de Avaliação do Investimento Externo e das Empresas Francas, adiante designado CAIEF poderá solicitar informações complementares, recomeçando o prazo previsto no número anterior a correr após a prestação por parte do investidor ou do seu mandatário dessas informações.

Artigo 6º

(Tramitação)

1. O Centro de Promoção do Investimento e das Exportações, após entrega à empresa candidata do triplicado, que servirá de recibo, organizará e remeterá o mais urgente possível a sua avaliação e o dossier à CAIEF, para efeitos de parecer.

2. A Comissão deve deliberar e submeter o seu parecer à decisão do Ministro, acompanhado de todo o processo.

Artigo 7º

(Decisão)

1. O Ministro decidirá sobre a atribuição do estatuto de empresa franca dentro do prazo referido no artigo 5º.

2. A decisão, em caso de discordância com o parecer da Comissão, deverá ser sempre fundamentada, especificando as razões subjacentes.

3. A decisão do Ministro deve ser imediatamente comunicada à empresa pelo Centro de Promoção do Investimento e das Exportações.

Artigo 8º

(Certificado de empresa franca)

1. Em caso de decisão favorável, será emitido o certificado de empresa franca de modelo que constitui o anexo II e que faz parte integrante do presente diploma.

2. Serão enviadas cópias do certificado às seguintes entidades:

- a) À Direcção-Geral das Contribuições e Impostos;
- b) À Direcção-Geral das Alfândegas;
- c) À Direcção-Geral do Departamento Governamental directamente ligado ao projecto;
- d) À Direcção-Geral do Comércio;
- e) Ao Banco de Cabo Verde;
- f) À Direcção-Geral do Trabalho.

Artigo 9º

(Averbamentos)

1. A alteração posterior de qualquer dos elementos constantes do certificado deverá ser autorizada, nos termos dos artigos 4º a 8º, com as necessárias adaptações.

2. As alterações autorizadas serão averbadas no certificado.

Secção II

Benefícios

Artigo 10º

(Incentivos fiscais)

1. A empresa franca goza de isenção total de quaisquer impostos e outras imposições sobre os rendimentos, durante os dez primeiros anos, a contar da data do início da sua actividade.

2. São igualmente isentos de tributação os dividendos e lucros distribuídos aos accionistas ou sócios da empresa franca durante os dez primeiros anos, a contar da data do início da actividade da empresa.

3. Após o período de isenção previsto nos números anteriores, a taxa dos impostos sobre lucros da empresa ou dos dividendos distribuídos, não poderá exceder 15% dos lucros ou dividendos referentes a esse exercício.

4. A empresa franca goza, ainda, de isenção total de impostos e outras imposições fiscais indirectos nomeadamente o imposto de selo.

Artigo 11º

(Incentivos aduaneiros)

1. As empresas francas gozam de isenção total de direitos, emolumentos gerais aduaneiros, imposto de consumo e outras imposições aduaneiras actuais e futuras aplicáveis às importações dos seguintes bens, quando destinados ao funcionamento das mesmas:

- a) Materiais de construção incluindo estruturas metálicas para instalação, ampliação ou renovação dos seus estabelecimentos;
- b) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios, bem como os respectivos acessórios e peças separadas para edifícios e equipamentos destinados aos seus estabelecimentos;
- c) Material de carga e transporte de mercadorias para a utilização exclusiva da empresa que seja necessário ao desenvolvimento das suas actividades;
- d) Combustíveis e lubrificantes, com excepção da gasolina, utilizados estritamente na produção de energia eléctrica e de água dessalinizada para consumo próprio.

2. As matérias primas e subsidiárias e produtos acabados e semi-acabados utilizados estritamente na produção são admitidos sob o regime aduaneiro suspenso.

3. A exportação de produtos fabricados ou de reexportação das empresas francas é livre de direitos e de mais imposições aduaneiras.

Artigo 12º

(Liberdade de importação e de exportação)

1. As importações dos bens, produtos e matérias primas de empresas francas não carecem de licença de importação e nem estão sujeitos às medidas de contingência.

2. O disposto no número anterior é aplicado com as necessárias adaptações, às exportações das empresas francas.

Artigo 13º

(Contas em divisas)

1. A empresa franca pode ser titular de contas em divisas em instituições financeiras autorizadas por lei, podendo realizar todas as operações necessárias ao seu funcionamento.

2. As contas previstas no número anterior só podem ser alimentadas em divisas provenientes directamente do exterior ou de outras contas em divisas no país.

3. A empresa franca não poderá efectuar pagamentos das despesas locais em divisas com a excepção das decorrentes do fornecimento de bens e serviços por outras empresas francas.

Artigo 14º

(Isenções de imposições notariais e de registo)

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte deste artigo, a constituição e o registo em Cabo Verde de sociedades ou empresas em nome individual e de sucursais de empresas estrangeiras, que declarar que a sua actividade é exclusivamente orientada para as exportações ou para a venda a empresas francas instaladas no país, estão isentos de emolumentos e outras imposições notariais e de registo previsto na lei.

2. Pela constituição e registo das empresas referidas no número anterior, é devido o montante de 40.000\$00.

Artigo 15º

(Isenção de declaração de realização do capital social)

A constituição de empresas referidas no nº 2 do artigo 2º não carece de prova de realização do capital social para o acto de constituição.

Artigo 16º

(Venda local)

A empresa franca, excepcionalmente e mediante autorização do Ministro, poderá vender parte da sua produção de bens e serviços no mercado interno nas seguintes condições:

- a) O volume total de venda não deverá ultrapassar 15% da produção total da empresa durante o ano anterior;
- b) Os produtos referidos na alínea anterior estão sujeitos aos direitos de importação e outras imposições fiscais indirectas nos termos da legislação em vigor.

Artigo 17º

(Trabalhadores estrangeiros)

1. As empresas francas podem contratar trabalhadores estrangeiros, nos termos da lei.

2. Os trabalhadores estrangeiros recrutados no âmbito da empresa franca gozam dos direitos e garantias seguintes:

- a) Livre transferência para o exterior dos rendimentos auferidos no âmbito da empresa franca;
- b) Benefícios e facilidades aduaneiras idênticos aos atribuídos nos termos do Decreto-Lei nº 39/88, de 28 de Maio.

SECÇÃO III

Obrigações

Artigo 18º

(Obrigações)

São obrigações das empresas francas:

- a) Iniciar a sua actividade no prazo fixado no certificado;
- b) Elaborar e remeter anualmente ao Ministro e ao Banco de Cabo Verde, o mapa de demonstração de resultados e o balanço de exercício;
- c) Sempre que haja investimento externo, preencher e remeter ao Banco de Cabo Verde, a ficha que constitui o anexo III do presente diploma no prazo de trinta dias a contar da realização das participações externas no capital social;
- d) Preencher e remeter, mensalmente e até ao sétimo dia do mês seguinte, à instância aduaneira de importação as fichas de importação e exportação que constituem os anexos IV, V e VI do presente diploma;
- e) Comunicar ao Banco de Cabo Verde qualquer aumento do capital social que constitua investimento externo;
- f) Conservar nos locais de armazenagem aprovados pelas Alfândegas os bens de equipamento necessários ao seu funcionamento, matérias primas, produtos manufacturados e semi-manufacturados, acessórios e outros produtos necessários à sua produção e importação sob o regime aduaneiro de isenção ou suspensão, bem como os bens e serviços produzidos;
- g) Não transferir os bens, matérias primas e produtos referidos na alínea anterior para fora das instalações aprovadas fora dos casos previstos neste diploma;
- h) Não efectuar pagamentos de despesas realizadas no país através da conta em divisas, salvo nos casos previstos no nº 3 do artigo 13º;
- i) Submeter-se à fiscalização aduaneira;
- j) Submeter à aprovação das Alfândegas do local onde exerce a sua actividade, os espaços de armazenagem dos produtos e matérias primas sujeitos ao regime aduaneiro suspenso, bem como dos produtos fabricados;
- k) Não vender no mercado interno os produtos fabricados fora dos casos previstos no presente diploma;

- l) Para efeitos de importação anual, elaborar e submeter à aprovação da Direcção-Geral das Alfândegas, uma lista detalhada das matérias primas, produtos manufacturados e semi-manufacturados, acessórios e outros produtos sujeitos a isenção ou supressão de direitos aduaneiros;
- m) Submeter à aprovação do Director-Geral das Alfândegas as fichas dos coeficientes de utilização dos produtos e matérias primas a incorporar na elaboração do produto final, para efeitos de importação;
- n) Elaborar e guardar os registos das entradas e saídas dos bens, matérias primas e produtos importados sob o regime aduaneiro solicitado;
- o) Elaborar e aguardar os registos das saídas dos produtos e serviços exportados e dos vendidos no mercado interno;
- p) Cumprir as demais obrigações previstas na lei aplicável às empresas em geral e que não sejam incompatíveis com o presente diploma.

Artigo 19º

(Transferências de mercadorias)

1. Os bens de equipamento importados sob regime de isenção aduaneira não podem ser transferidos do lugar aprovado sem autorização escrita das Alfândegas.

2. As matérias primas, produtos semi-manufacturados, acessórios e outros produtos necessários à produção da empresa franca importados sob o regime de suspensão aduaneira e os produtos fabricados não podem ser transferidos do lugar aprovado sem autorização escrita das Alfândegas, salvo:

- a) Para exportação ou reexportação;
- b) Para venda no mercado local, nos termos previstos neste diploma;
- c) Para efeito de complemento de fabrico;
- d) Para a sua destruição de acordo com as diretrizes do Director-Geral das Alfândegas.

CAPÍTULO III

Fiscalização aduaneira

Artigo 20º

(Competência)

Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades administrativas, judiciais e policiais, compete às Alfândegas, nomeadamente:

- a) Aprovar e fiscalizar o local de armazenagem dos bens, equipamentos e matérias primas importados sob o regime aduaneiro de isenção ou suspensão e dos produtos fabricados pela empresa franca;
- b) Fiscalizar o local onde a empresa franca exerce a sua actividade;
- c) Autorizar a transferência, para fora do local de armazenagem aprovado, de mercadorias sujeitas ao regime de suspensão.

Artigo 21º

(Fiscalização)

1. A fiscalização aduaneira dos armazéns, estabelecimentos ou do local onde a empresa exerce a sua actividade é feita na presença do responsável da empresa franca ou do seu representante.

2. As Alfândegas comunicarão por escrito à empresa franca, com a antecedência mínima de 48 horas, a sua decisão de proceder à fiscalização.

Artigo 22º

(Dever de colaboração)

Para os efeitos previstos no presente capítulo a empresa franca é obrigada a franquear as suas instalações, estabelecimentos, armazéns e escritórios aos agentes de fiscalização aduaneira devidamente credenciados pelo tempo que for julgado necessário e apresentar documentação, livros, registos, arquivos e outros elementos ou informações que forem solicitados.

Artigo 23º

(Agentes de fiscalização)

1. Os agentes de fiscalização aduaneira, no exercício das suas funções, como agentes de autoridade, levantarão auto de notícia das infracções que verificarem e procederão às demais diligências, de harmonia com o disposto neste diploma e demais legislação aplicável.

2. Os agentes referidos no número anterior têm, ainda, a faculdade de:

- a) Requisitar o auxílio de autoridade ou força pública para execução de alguma diligência;
- b) Entrar livremente em todas as instalações ou locais sob dependência da empresa franca ou naqueles onde existam ou transitem bens, matérias primas e produtos importados sob o regime aduaneiro de suspensão, ou bens e serviços produzidos;
- c) Colher amostras, proceder a buscas, inspecções, apreensões, aposição de selos e constituir fiéis depositários, nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

Infracções e sanções

Artigo 24º

(Sanções)

Sem prejuízo de outras especialmente previstas na legislação aplicável, a empresa franca que viola o disposto no presente diploma fica sujeita às seguintes sanções:

- a) Multa;
- b) Suspensão até três anos dos benefícios previstos no presente diploma;
- c) Revogação do estatuto de empresa franca.

Artigo 25º

(Competência para aplicação das sanções)

1. Compete ao Ministro a aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do artigo anterior.

2. A aplicação das sanções previstas na alínea a) do artigo anterior é da competência da Direcção-Geral das Alfândegas e da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Artigo 26º

(Regulamentação)

As sanções previstas na presente lei serão regulamentadas pelo Governo.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 27º

(Investimento externo)

O investidor que for titular de uma empresa franca ou que nela participe e cujo investimento reúna os requisitos exigidos pela Lei nº 89/IV/93, de 13 de Dezembro, poderá requerer, através do modelo previsto no artigo 4º, a atribuição da qualidade de investidor externo.

Artigo 28º

(Reinvestimento em estabelecimentos de empresas francas)

1. O estabelecimento de uma empresa franca que for objecto de um investimento, directamente ou em resultado da sua aquisição, superior a 50% do seu valor avaliado, terá direito a todos os benefícios previstos no presente diploma.

2. Os benefícios referidos no número anterior carecem de autorização do Ministro, nos termos previstos no presente diploma.

Artigo 29º

(Empresas já existentes)

As empresas já existentes poderão requerer, nos termos da presente Lei, o regime de empresas francas, perdendo automaticamente os benefícios que nos termos da lei em vigor vinham usufruindo e beneficiando dos novos incentivos previstos no presente diploma, com as necessárias adaptações.

Artigo 30º

(Alteração dos formulários)

Os formulários que constituem os anexos I, II, III, IV, V e VI do presente diploma, podem ser alterados por Portaria do Ministro.

Artigo 31º

(Revogação)

É revogado o Capítulo III do Título II do Decreto-Lei nº 108/89, de 30 de Dezembro.

Aprovada em 14 de Dezembro de 1993

O Presidente da Assembleia Nacional, *Amílcar Fernando Spencer Lopes*.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO*

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *António do Espírito Santo Fonseca*.

R E P U B L I C A D E C A B O V E R D E

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

PEDIDO DO ESTATUTO DE REGIME DE EMPRESA FRANCA

Empresa Franca

Investimento Externo

=====

1. (a) Nome da empresa:

(b) Endereço:

(c) Telefone: (d) Fax:

(e) Nome e função do responsável:

(f) Experiência da empresa

(g) Referências bancárias:

2. Objecto Social ou Actividades da empresa:

3. Estabelecimento(s) de produção de bens e serviços da empresa (indicar localização):

4. Lista de bens e serviços a serem produzidos:

.....

5. Vendas da empresa ('000):

(Os países para onde esses bens ou serviços são enviados. Se os mesmos são enviados a Empresas Francas em Cabo Verde, favor mencionar "Empresas Francas".)

País/empresa franca destinatários	Quantidade		Valor FOB	
	Ano1	AnoNormal	Ano1	AnoNormal
a)
b)
c)
d)
e)

6. Data aproximada do início de actividade:

7. Localização da empresa/Estabelecimento (localidade, área do terreno, área do edifício, fábrica ou entreposto):

.....

8. Emprego:

(Número de empregados por categoria)

Categoria	Nacionais		Estrangeiros	
	Ano 1	Ano Normal	Ano 1	Ano Normal
(a) Quadros de direcção:
(b) Técnicos:
(c) Trabalhadores qualificados:
(d) Empregados do escritório:
(e) Trabalhadores não qualificados

9. Investimento: Valor ('000)

(a) Bens de equipamento:
(b) Terreno e/ou edifício:
(d) Fundo de maneio:
(e) Outros
=====	
(f) T O T A L

10. Modos de financiamento ('000): Local Estrangeiro

(a) Capital social:
(b) Empréstitos a longo prazo:
(c) Empréstitos a médio prazo:
(d) Empréstitos a curto prazo:
=====	
(e) T O T A L

11. Despesas anuais ('000)

	Local	Estrangeiro		
	Ano 1	Ano Normal	Ano 1	Ano Normal
(a) Materiais primas e acessórios:
(b) Produtos semi-manufaturados:
(c) Salários:
(d) Instalações:
(e) Fornecimentos e Serviços:
(f) Juros:
(g) Outros:
=====				
(h) T O T A L

12. Desperdícios:

(a) Favor indicar os desperdícios que serão gerados pela empresa:

- (b) Favor declarar que os desperdícios não constituem substâncias tóxicas, a natureza e a quantidade dos desperdícios, bem como o tratamento previsto:
-
-
-

DECLARAÇÃO

Pela presente declaro que as informações acima são verdadeiras e sinceras e que as estimativas fornecidas foram calculadas de boa fé. Declaro ainda que estou informado das disposições do Decreto-Lei N° ____/93 de ____ de ____.

Assinatura: Data:

Nome e função
do signatário:

ANEXO II
REPÚBLICA DE CABO VERDE
MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONOMICA
CERTIFICADO DE EMPRESA FRANCA

Nº _____ / _____

Nos termos do nº 1 do artigo 4º do Diploma Legislativo nº —/93, de — de —, certifico que é atribuído o Estatuto de Empresa Franca à —, com sede em —, beneficiando de todos os direitos e sujeitando-se às obrigações previstas no diploma acima referido. O presente certificado só produzirá efeito nas seguintes condições:

- a) A empresa franca dedicar-se-á a —

- b) Terá o(s) seguinte(s) estabelecimento(s) instalados em:

- c) Os lugares onde a empresa exercerá as suas actividades e armazenará os seus produtos deverão ser préviamente aprovados pelo Director Geral das Alfândegas.
- d) Iniciará a sua actividade até ____/____/____;
- e) Beneficia do regime de isenção e/ou suspensão aduaneira na importação dos bens constantes da lista que será submetida à aprovação da Direcção Geral das Alfândegas, em conformidade com o artigo 18º, alínea m), da Lei nº ____/93, de ____ de _____, devidamente autenticada.

Praia, ____ de ____ de ____
O Ministro,

ANEXO 3

REPÚBLICA DE CABO VERDE

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

OPERAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO

1. NOME/DESIGNAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____

2. VENDAS PREVISÃOIS DA EMP. ('000)

Produtos/Serviços

*MI = MERCADO INTERNO

*ME = MERCADO EXTERNO

3. DATA APROXIMADA DO INÍCIO DE ACTIVIDADE:

4. ÁREA DE TERRENO NECESSÁRIO (indicar localidade):

5. EMPREGO (nº de empregados por categoria):

Categoría

- Quadros de direcção:
 - Técnicos:
 - Trabalhadores qualificados:
 - Empregados de escritório:
 - Trabalhadores não qualif.:
 - **T O T A L**
 - * N = NACIONAL
 - * E = ESTRANGEIRO

6. INVESTIMENTO: ('000)

- Bens de equipamento:
 - Terreno e/ou edifício:
 - Fundo de maneio:
 - Outros:
 - T O T A L

EXTERNO	LOCAL

7. MODOS DE FINANCIAMENTO ('000):	Local	Estrangeiro
■ Capital social:	-----	-----
■ Empréstimos a longo prazo:	-----	-----
■ Empréstimos a médio prazo:	-----	-----
■ Empréstimos a curto prazo: =====	=====	=====
■ T O T A L	-----	-----

8. DESPESAS ANUAIS PREVISTAS
('000)

- Matérias primas/acess.
- Produtos semi-manufact.
- Salários
- Aluguer instalação
- Fornecimentos e Serviço
- Outros
- T O T A L

ANO 1		ANO ...		ANO ...		ANO...	
L	E	L	E	L	E	L	E

L= LOCAIS
E= EXTERNAS

9. DESPERDÍCIOS:

- Favor indicar os desperdícios que serão gerados pela empresa:

- Favor declarar de que os desperdícios não constituem substâncias tóxicas, a natureza e a quantidade dos desperdícios, bem como o tratamento previsto:

10. DECLARAÇÃO

Pela presente declaro que as informações acima são verdadeiras e sinceras e que as estimativas fornecidas foram calculadas de boa fé. Declaro ainda que estou informado das disposições da Lei nº.../93 de... de.....

Assinatura: _____ Data: _____

Nome e função do signatário: _____

Passaporte/BI nº: _____ Emitido por: _____

Em (data): _____

ANEXO IV**FICHA DE IMPORTADOR**

FICHA A SER PREENCHIDA MENSALMENTE PELA EMPRESA FRANCA
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDIGAS**Ficha A**

Certificado de
Empresa Franca Nº:

1. Designação e endereço da empresa:
2. Telefone/Fax

I M. PÓRTAÇÕES

1	2	3	4	5	6	7
Data e Nº do Bilhete de Despacho	Bens ¹	Quantidade	Data e Nº do Bilhete de Despacho	Produtos e Serviços	Quantidade	Matérias Primas Utilizadas

¹ Classificar e discriminar: matérias primas, produtos semi-manufaturados e manufacturados.

DIRECÇÃO-GERAL DAS ALFANDEGAS**Ficha B**

**Certificado de
Empresa Franca Nº :**
.....

UTILIZAÇÃO DAS MATERIAS PRIMAS, PRODUTOS MANUFACTURADOS E SEMI-MANUFACTURADOS

Nome/Designação e endereço da Empresa:

Telefone/Fax:

Mês:

Ano:

Bens ¹	Em Stock e sob Transform	Import. Durante (Início)	Total Durante o Mês (2+3)	Vendidos no Mercado Export.	Vendidos	Desper- dícios	Em stock e sob Transform	Em stock Transform	Sob Trans- formação (8-9)
					5				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Declaro que as informações acima estão correctas.

Nome do responsável
da empresa:

Assinatura:

Os dados contidos no formulário foram verificados e comparados com os dados disponíveis nos serviços alfandegários e foram julgados correctos.

Data:, Assinatura do fiscal alfandegário:

ANEXO V**FICHA A SER PREENCHIDA MENSALMENTE PELA EMPRESA FRANCA**

¹ Classificar e discriminar: matérias primas, produtos manufacturados e semi-manufacturados

Lei nº 100/IV/93

de 31 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

(Objecto)

O presente diploma visa regular a assessoria técnica aos deputados no âmbito da Assembleia Nacional.

Artigo 2º

(Direito à assessoria)

Os deputados à Assembleia Nacional têm direito a assessoria técnica especializada com vista ao eficaz desempenho das suas funções de representação popular.

Artigo 3º

(Serviços de assessoria técnica)

Para a efectivação do direito previsto no número anterior, são organizados na Assembleia Nacional os seguintes serviços:

- a) Um serviço geral de assessoria aos Deputados, Grupos Parlamentares e Comissões;
- b) Serviços privativos de assessoria aos Grupos Parlamentares;
- c) Um serviço de documentação legislativa parlamentar.

Artigo 4º

(Conteúdo da assessoria)

1. Os serviços de assessoria previstos nas alíneas a) e b) do artigo anterior realizam, nomeadamente, as seguintes tarefas técnico-científicas necessárias ao exercício efectivo das diferentes funções parlamentares determinadas pela Mesa da Assembleia Nacional e pelos Grupos Parlamentares:

- a) Enquadramento de assuntos e propostas de resolução de problemas;
- b) Emissão de pareceres;
- c) Análises, investigações e estudos;
- d) Propostas de iniciativas legislativas;
- e) Apreciações de natureza jurídico-constitucional;
- f) Análises de direito comparado;
- g) Elaboração de recensões, resumos, súmulas e sinopses;
- h) Recolha e sistematização de elementos para intervenções;
- i) Elaboração de notas de apoio bibliográfico e documental.

2. O serviço previsto na alínea c) do artigo anterior realiza as tarefas previstas no seu regulamento específico.

Artigo 5º

(Serviço geral)

O serviço geral de assessoria abrange, nomeadamente, as seguintes áreas:

- a) Área de Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Relações Exteriores, Administração, Justiça e Poder Local;
- b) Área Económica e Financeira;
- c) Área Social.

Artigo 6º

(Serviços privativos)

1. Os serviços privativos abrangem as áreas definidas pelos Grupos Parlamentares.

2. Os Grupos Parlamentares terão direito, no mínimo, ao seguinte número de assessores:

- Até 15 deputados, 1 assessor;
- De 16 a 30, 2 assessores;
- De 31 a 45, 4 assessores;
- Mais de 45, 5 assessores.

3. Para efeitos de remuneração os assessores são equiparados aos dirigentes do nível III.

Artigo 7º

(Regime da assessoria)

1. Os serviços de assessoria trabalham mediante solicitação ou por iniciativa própria.

2. No âmbito do serviço geral, será elaborado anualmente um plano de investigações e estudos.

3. O plano previsto no número anterior será aprovado pela Mesa da Assembleia, ouvidos os Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes.

Artigo 8º

(Acesso aos serviços)

1. Podem requerer a assessoria ao serviço geral os Deputados e Grupos Parlamentares e as Comissões da Assembleia.

2. Podem requerer a assessoria aos serviços privativos dos Grupos Parlamentares os membros do Grupo titular dos serviços.

Artigo 9º

(Direcção)

1. O serviço de assessoria geral é dirigido pelo Director dos Serviços Parlamentares.

2. Os serviços de assessoria privativa são chefiados por um dos assessores do Grupo Parlamentar designado pela Direcção do Grupo respectivo.

Artigo 10º

(Assessores)

1. Os assessores serão recrutados de entre técnicos superiores ou pessoas de reconhecida competência, nos termos previstos na lei Orgânica da Assembleia, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Os assessores para o serviço privativo serão providos por contrato de prestação de serviço, mediante livre indicação dos Grupos Parlamentares.

Artigo 11º

(Princípios da prestação de serviço de assessoria)

A prestação do serviço de assessoria obedece aos seguintes princípios:

- a) Princípio da relevância parlamentar, que significa que o trabalho apresentado deve adequar-se às funções parlamentares;
- b) Princípio da neutralidade política e objectividade do trabalho;
- c) Princípio da adequação dos pareceres e informações às necessidades e desejos do utente;
- d) Princípio da actualidade da informação e da celeridade da sua apresentação;
- e) Princípio da confiança entre o utente e os serviços de assessoria.

Artigo 12º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor a 1 de Janeiro de 1994.

Aprovada em 15 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Amílcar Fernandes Spencer Lopes*.

Promulgada em 31 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO*

Assinada em 31 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *António do Espírito Santo Fonseca*.

Resolução nº 51/IV /93

de 31 de Dezembro

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea f) do nº 3 do artigo 191º da Constituição da República, a seguinte resolução:

Artigo 1º

São aprovados o relatório e as linhas gerais do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para o ano económico de 1994, constantes dos anexos à presente resolução.

Artigo 2º

1. O montante previsto das receitas é de cento e onze milhões, quatrocentos cinquenta e três mil e trezentos e vinte escudos.

2. O limite das despesas é fixado em igual quantia de receitas previstas no nº 1.

Artigo 3º

1. Fica a Mesa da Assembleia Nacional autorizada a recrutar os candidatos aprovados conforme lista publicada no *Boletim Oficial* nº 23 II Série, de 16 de Agosto de 1993, para preenchimento das vagas do quadro de pessoal da Assembleia Nacional.

2. Fica a Mesa da Assembleia Nacional, autorizada a efectuar transferências de verbas entre as diferentes dotações orçamentais no sentido de dar cobertura orçamental à assessoria técnica aos deputados e outras despesas que se revelarem necessárias, durante o exercício de 1994.

Artigo 4º

O Presidente da Assembleia Nacional, ouvida a Mesa, poderá contrair empréstimos junto das instituições de crédito nacionais para obviar a satisfação de necessidades importantes ou urgentes, desde que haja recurso financeiro que garanta a amortização dos referidos empréstimos.

Artigo 5º

1. No decurso do primeiro semestre não poderão ser feitos quaisquer reforços de verba.

2. Não poderão ser feitos, com referência às despesas variáveis, reforços em quantitativos superiores a metade da verba a reforçar, salvo casos excepcionais ou de inadiável urgência reconhecidos pelo Concelho Administrativo.

Artigo 6º

Esta Resolução entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1994.

Aprovada em 2 de Dezembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Amílcar Fernandes Spencer Lopes*.

CONSELHO ADMINISTRATIVO
Tabela das receitas previstas para 1994

Capítulo	Artigo	Designação da receitas	Parciais	Totais
		<i>Receitas correntes:</i>		
		Publicações e impressos ...	300 000\$00	
		Rendimentos diversos ...	550 000\$00	
		Dotação inscrita no O.G.E. ...	102 703 320\$00	
		Saldo orçamental ...	1 500 000\$00	105 053 320\$00
		<i>Receitas de capital:</i>		
		Rendimento de bens próprios...	4 500 000\$00	
		Dotação inscrita no O.G.E. ...	1 900 000\$00	6 400 000\$00
		Total geral ...	— \$ —	111 453 320\$00

Conselho Administrativo da Assembleia Nacional, aos dois de Setembro de 1993. — Pelo Secretário-Geral, *Gregório Semedo*, Director dos Serviços Administrativos. — O Presidente, *António do Espírito S. Fonseca*, 1º Vice-presidente.

Desenvolvimento da tabela das despesas para 1994

Classificação	Designação das despesas	Dotação orçamental	Nº de ref ^a da Justif.
	Despesas Correntes		
	<i>Remunerações certas e permanentes:</i>		
1.2	Pessoal do quadro aprovado por lei ...	37 500 000\$00	1
1.42	Remunerações do pessoal diverso...	5 000 000\$00	2
1.44	Representação...	163 320\$00	3
3.	Horas extraordinárias...	1 000 000\$00	4
6.	Abonos diversos-numerários ...	1 800 000\$00	5
9.	Abonos diversos-telef. indiv. ...	700 000\$00	6
10	<i>Prestações Directas — Previdência Social:</i>		
10.1	Abono de família ...	440 000\$00	7
10.2	Encargos com a saúde...	400 000\$00	8
13.	Vestuário e artigos pessoais ...	500 000\$00	9
14.	Deslocações — comp. de encargos ...	37 850 000\$00	10
	<i>Aquisição de bens:</i>		
21.	Bens duradouros — Outros ...	600 000\$00	11
	<i>Bens não duradouros:</i>		
23.	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes ...	1 500 000\$00	12
26.	Bens não duradouros — Consumo da secretaria ...	2 000 000\$00	13
27.	Bens não duradouros — Outros ...	1 800 000\$00	14
28.	Aquisição de serviço — Encargos das instalações ...	3 500 000\$00	15
30.	Aquisição de serviço — Transportes e Comunicações ...	3 000 000\$00	16
31.	Aquisição de serviço — N/espec. ...	3 200 000\$00	17
38	<i>Transferência — Sector público: Serviços autónomos:</i>		
38.3	Subsídio ao Cons. Comun. Social ...	1 200 000\$00	18
	<i>Outras despesas correntes:</i>		
44.4	Seguros de material ...	2 500 000\$00	19
44.9	Pagamento de enc. — Evacuações...	1 000 000\$00	20
	<i>Despesas de capital:</i>		
47.	Investimento — Const. de obras ...	500 000\$00	21
51.	Investimento — Mat. de transporte ...	800 000\$00	22
52.	Investimento — Maq. e equipamentos...	4 500 000\$00	23
		111 453 320\$00	

Conselho Administrativo da Assembleia Nacional, na Praia, aos dois de Setembro de 1993. — Pelo Secretário-Geral, *Gregório Semedo*, Director dos Serviços Administrativos. — O Presidente, *António Espírito S. Fonseca*, 1º Vice-presidente.

Mapas de receitas e despesas a serem pagos no decorrer do ano económico de 1994 pelo orçamento privativo da Assembleia Nacional

Designação	Importância		Importância
	Parciais	Totais	
<i>Receitas correntes:</i>			
Publicações e impressos	300 000\$00		Vencimentos e salários
Rendimentos diversos	550 004\$00		Outras remuneração...
Dotação inscrita no O.G.E.	102 703 320\$00		Deslocações
Saldo orçamental	1 500 000\$00	105 053 320\$00	Bens duradouros...
			Bens não duradouros...
			Aquisições de serviços
			Subsídio ao Cons. Com. Soc.
			Outras despesas correntes
			Despesas de capital
Soma total	111 453 320\$00		Soma total...
			111 453 320\$00

Conselho Administrativo da Assembleia Nacional, na Praia, aos dois de Setembro de 1993. — Pelo Secretário-Geral, Gregório Semedo, Director dos Serviços Administrativos. — O Presidente, António Espírito S. Fonseca, 1º Vice-presidente.